



COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS

Bruxelas, 27.4.2007
COM(2007)240 final

**RELATÓRIO DA COMISSÃO AO CONSELHO, AO PARLAMENTO EUROPEU E
AO TRIBUNAL DE CONTAS EUROPEU**

**Relatório anual sobre a gestão financeira dos 6.º, 7.º, 8.º e 9.º Fundos Europeus de
Desenvolvimento (FED) em 2006**

ÍNDICE

1.	Introdução	3
2.	Destaques e acontecimentos significativos em 2006, principais desafios para 2007 ..	3
3.	Situação financeira dos 6.º, 7.º 8.º e 9.º FED, fim de exercício de 2006	4
4.	Execução dos programas ACP de forma eficaz e atempada: Avaliação dos resultados em relação aos objectivos para 2006.....	4
4.1.	Melhoria da qualidade, do impacto e da sustentabilidade dos programas	5
4.2.	Execução mais rápida da ajuda	8
4.3.	Coordenação e harmonização das operações com outros doadores.....	11
4.4.	Garantir um controlo eficaz e a responsabilização da gestão financeira	12
4.5.	Aplicação de uma política activa de recursos humanos e melhoria dos procedimentos internos.....	12
5.	Seguimento dado às observações do Tribunal de Contas Europeu.....	14
5.1.	Relatório anual do Tribunal de Contas (TC).....	14
5.2.	Relatórios especiais do Tribunal de Contas	15
	Anexo 1: Evolução das autorizações FED não liquidadas ("RAL"), 2001-2006 (em milhões de euros).....	16
	Anexo 2: Autorizações globais do FED para apoio orçamental geral, 2002-2006 (em milhões de euros).....	17
	Anexo 3: Novas autorizações globais do FED para AOG e APS, 2006 (em milhões de euros)	18
	Anexo 4: Autorizações e pagamentos, líquidos, 2006 (em milhões de euros).....	19
	Anexo 5: Contribuições do FED para as Nações Unidas e o Grupo do Banco Mundial, 2005-2006 (em milhões de euros)	20
	Anexo 6: Autorizações globais do FED por instrumento de programação e de financiamento, final de 2006 (em milhões de euros)	21
	Anexo 7: Stabex – situação por país, final de 2006 (em euros)	22

1. INTRODUÇÃO

O presente relatório responde às exigências dos artigos 96.º e 102.º do Regulamento Financeiro aplicável ao 9.º Fundo Europeu de Desenvolvimento, que dispõe que, anualmente, a Comissão deve prestar contas da gestão financeira do FED. A Comissão apresentou já um primeiro projecto de relatório para exame ao Tribunal de Contas Europeu e à Comissão de Controlo Orçamental do Parlamento Europeu, cujas observações foram tomadas em consideração na presente versão final.

2. DESTAQUES E ACONTECIMENTOS SIGNIFICATIVOS EM 2006, PRINCIPAIS DESAFIOS PARA 2007

- Objectivos financeiros para 2006 - a Comissão cumpriu todos os seus objectivos, ultrapassando a meta fixada relativamente aos contratos e pagamentos, cujo montante foi o mais elevado de sempre. Estabilizou igualmente as verbas aprovadas mas não gastas e as autorizações "antigas" e «passivas» foram consideravelmente reduzidas. Além disso, encerrou o 6.º FED através da transferência das dotações remanescentes para o 9.º FED.
- Revisão de fim de exercício do 9.º FED – no final deste reexame, realizado em 2006, a repartição dos fundos pelos países e regiões foi objecto de alguns ajustamentos finais. Tal requer que se completem as autorizações correspondentes dos fundos remanescentes do 9.º FED em 2007, último ano deste fundo.
- Controlos e procedimentos internos - a Comissão adoptou outras medidas para reforçar os controlos (cf. secção 4.4), mas a integração do FED no sistema de informação comum da Relex (CRIS) foi adiada para 2008 de forma a dar prioridade ao sistema de contabilidade de exercício da Comissão (ABAC).
- Pessoal – a rotação de pessoal, o número elevado de lugares vagos em algumas delegações e a redução do nível de efectivos em relação aos montantes geridos continuam a afectar a execução de algumas prioridades. Em 2006, a Comissão continuou a trabalhar sujeita a estes condicionalismos, fazendo da boa gestão financeira e da qualidade as suas principais prioridades.
- 10.º FED - a questão da ratificação do 10.º FED pelos Estados-Membros da União Europeia suficientemente cedo para que os fundos do 10.º FED possam ser autorizados a partir de Janeiro de 2008, data em que os fundos do 9.º FED deixam de estar disponíveis, representa um risco importante para a ajuda comunitária prestada aos Estados ACP.
- Ajuda ao comércio - a Comissão continuou a prestar uma assistência importante; cf. caixa:

**Ajuda ao comércio: contributo da Comissão
para a promoção do crescimento e do emprego nos países ACP**

Para saírem definitivamente da pobreza, os países ACP devem possuir as capacidades necessárias para fazer progredir as suas economias e as trocas comerciais. É por este motivo que, desde 2001, a Comissão concedeu:

mais de 850 milhões de euros para ajudar as regiões ACP a se integrarem, intensificarem o seu comércio e desempenharem um maior papel nos mercados mundiais. Esta ajuda inclui a negociação de acordos de parceria económica (APE);

mais de 35 milhões de euros para ajudar os Estados ACP a negociarem de modo mais eficaz com a UE, bem como no âmbito da OMC;

um montante adicional de 60 milhões de euros para ajudar os Estados ACP a definirem políticas comerciais mais eficazes.

A Comissão concede igualmente mais de 160 milhões de euros através de vários programas com vista a facilitar a criação de empresas e a sua expansão nos países ACP.

3. SITUAÇÃO FINANCEIRA DOS 6.º, 7.º 8.º E 9.º FED, FIM DE EXERCÍCIO DE 2006¹

O quadro seguinte apresenta a situação financeira geral dos 6.º, 7.º 8.º e 9.º FED no final de 2006. Está ainda por autorizar um montante de 3,16 mil milhões de euros. Este montante, bem como as verbas anuladas, serão inteiramente autorizados até ao final de 2007.

Quadro 1: Situação financeira dos 6.º, 7.º 8.º e 9.º FED, no fim de exercício de 2006 (milhões de euros)

Verbas afectadas a Estados ACP (pelo FED) ²			Verbas autorizadas	Verbas liquidadas	Verbas /autorizações pendentes		
6.º-8.º	9.º	Total 6.º-9.º			Verbas não autorizadas	Autorizações não liquidadas (RAL)	Total das verbas não liquidadas
A	b	c (a+b)	D	E	f (c-d)	G (d-e)	h (f+g)
29 044	15 565	44 609	41 446	31 165	3 163	10 281	13 444

4. EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS ACP DE FORMA EFICAZ E ATEMPADA: AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS EM RELAÇÃO AOS OBJECTIVOS PARA 2006

Esta secção revela em que medida a Comissão cumpriu cada um dos seus objectivos do FED para 2006. Constitui um balanço relativo aos:

- objectivos referidos na parte ACP do plano de gestão anual do EuropeAid;
- indicadores de desempenho centrais pertinentes, aprovados pelo comité director do EuropeAid.

¹ Nas secções três e quatro, os valores relativos às autorizações e aos pagamentos têm em conta uma correcção efectuada pela Comissão em 2004 a valores relativos a pagamentos do Stabex efectuados entre 2002 e 2004.

² Todos os dados indicados no presente relatório incluem o capital de risco do Banco Europeu de Investimento (BEI) e as bonificações de juros dos 6.º, 7.º e 8.º FED, dado que a Comissão tem a responsabilidade contabilística por estes fundos; excluem os dados relativos à Facilidade de Investimento do BEI, financiada pelo 9.º FED, dado que é o BEI que tem a responsabilidade contabilística.

Os valores indicados relativamente aos objectivos de desempenho do EuropeAid e os relatórios da OCDE-CAD não incluem as autorizações objecto de anulação nem as ordens de cobrança, sendo pois montantes brutos, não-líquidos. Do mesmo modo, salvo indicação em contrário, os valores indicados na presente secção e no anexo são valores brutos.

4.1. Melhoria da qualidade, do impacto e da sustentabilidade dos programas

- Examinar a totalidade dos programas nas fases de identificação e formulação;

Os «grupos de apoio da qualidade» (QSG) do EuropeAid avaliam as operações antes da sua execução (*ex-ante*). O número de projectos assim avaliados aumentou substancialmente em 2006:

Fase do ciclo do projecto	Indicador		2005	2006	Evolução percentual, numa base análoga
Identificação	Fichas de identificação examinadas	Número	84	156	+86%
		Valor (milhões de euros)	1270	2276	+79%
Formulação	Propostas de financiamento examinadas	Número	127	181	+43%
		Valor (milhões de euros)	3185	3094	-3%

O EuropeAid avalia o impacto dos QSG através de um rácio de qualidade. Trata-se da proporção de notas positivas e de notas negativas (A/B e C/D) atribuídas na fase de identificação e, posteriormente, na fase da formulação. O objectivo do EuropeAid é garantir que a proporção de notas positivas aumente e que a das notas negativas diminua.

O quadro seguinte revela que as avaliações efectuadas pelos QSG contribuíram para melhorar a qualidade das propostas de projectos, tanto em 2006 como numa base análoga:

- em 2006, na fase de formulação, em relação à fase de identificação anterior;
- numa base anual, em ambas as fases.

Tipo de nota	2005		2006	
	Identificação	Formulação	Identificação	Formulação
Notas positivas (A/B)	88	93	90	95
Notas negativas (C/D)	12	7	10	5

Após a fase de formulação, a Comissão continua a melhorar as propostas, seguindo as recomendações dos QSG antes do início da fase de execução.

- Continuar a investir em apoio orçamental e apoio sectorial, sempre que necessário.

O relatório de 2005 indicava que o apoio orçamental geral (AOG) e o apoio a políticas sectoriais (APS) tinham atingido os valores mais elevados de sempre. O montante global das autorizações atingiu 1120 milhões de euros.

Em 2006, a maioria dos programas de apoio orçamental do 9.º FED estava já em curso. Deste modo, as novas autorizações foram utilizadas essencialmente para financiar programas residuais ou para continuar a financiar programas em curso, o que explica a sua diminuição ao longo dos anos. A Comissão aprovou o apoio orçamental geral (AOG) relativamente a oito países, num montante total de 198 milhões de euros, bem como programas de apoio a políticas sectoriais (APS) no que respeita a 16 países, num total de 421 milhões de euros.

No entanto, o apoio orçamental continuou a atingir valores significativos: em 2006, os pagamentos elevaram-se a 431 milhões de euros (cf. quadro infra). Além disso, a Comissão continua a examinar políticas que visam melhorar o apoio orçamental, tanto com os países beneficiários como em fóruns de doadores, como a iniciativa conjunta de gestão das finanças públicas da OCDE/CAD.

<i>Tipo de programa</i>	<i>Autorizações</i>			<i>Pagamentos</i>		
	<i>2005</i>	<i>2006</i>	<i>Variação em %</i>	<i>2005</i>	<i>2006</i>	<i>Variação em %</i>
Apoio orçamental geral	705	198	-72%	500	431	-14%
Apoio a políticas sectoriais	416	421	1%	162	207	28%
Total	1 120	620	-45%	662	638	-4%

Em 2006, a Comissão:

- conduziu cerca de 50 % das avaliações PEFA (contabilidade financeira das despesas públicas) realizadas em 24 países ACP;
- reexaminou o guia metodológico do apoio orçamental, um documento que estabelece critérios mais claros para determinar, antes do pagamento das verbas, se um país cumpre os critérios de elegibilidade;
- preparou um enquadramento para prestar apoio técnico às instituições superiores de auditoria nos países que beneficiam de apoio orçamental.

– Participação activa nos reexames de fim de exercício e na programação pós-9.º FED

Na sequência do reexame de fim *de exercício* do 9.º FED, a repartição das verbas pelos países, regiões e sectores foi objecto de alguns ajustamentos finais. Actualmente, o EuropeAid, conjuntamente com as delegações, deve garantir que a totalidade das verbas do 9.º FED sejam autorizadas até ao final de 2007. Simultaneamente, foi iniciado o planeamento para o lançamento do 10.º FED.

Além disso, a Comissão procurou assegurar a inclusão de indicadores de desempenho concretos desde o início do processo de programação do 10.º FED. Para o efeito, faz expressamente referência a esses indicadores:

- (1) nas suas linhas directrizes de programação, que mencionam igualmente:
 - a necessidade de reforçar as capacidades de elaboração de estatísticas dos países parceiros; .
 - um apoio em linha para ajudar as delegações da CE a identificar os indicadores mais bem adaptados ao seu caso;

- (2) no regulamento de execução (actualmente em fase de negociação) – que reitera a necessidade de alinhamento dos indicadores do DERP pelos países parceiros;
- (3) nos documentos de estratégia – que incluem:
- indicadores de desempenho por sector
 - os compromissos dos Estados ACP em matéria de melhoria da governação.

Estes indicadores permitem determinar o montante das parcelas de incentivo; os reexames intercalares e finais servirão para avaliar os progressos realizados.

– *Acompanhamento*

Os projectos de montante superior a um milhão de euros financiados pelo FED são verificados por controladores externos independentes, que lhes atribuem notas com base em cinco critérios: pertinência, eficiência, eficácia, impacto e sustentabilidade.

Até finais de 2006, estes controladores haviam examinado mais de 1000 projectos desse tipo. Em 2006, estimaram que, em média, a execução dos programas ACP examinados estava a ser efectuada de forma satisfatória ou mesmo de forma mais satisfatória do que as expectativas. (nota de 2,5 ou superior). Os resultados preliminares indicam que as notas têm vindo a melhorar desde 2003.

Além disso, a Comissão solicitou aos controladores que identificassem:

- as tendências observadas nas notas atribuídas desde 2003 por sub-região ACP e por sector, como as infra-estruturas;
- as razões pelas quais as notas atribuídas a projectos no domínio comercial diminuíram anualmente ao longo de 2005-2006.

A Comissão terá em conta estes resultados na concepção dos seus programas futuros.

– *Avaliação*

Em 2006, a Comissão concluiu 13 avaliações da ajuda concedida aos países ACP pela Comunidade Europeia. A Comissão terá em conta as recomendações no processo de programação e na concepção de futuros programas.

Quadro 5: Avaliações em 2006 da ajuda concedida pela CE a países e regiões ACP				
<i>Tipo de estratégia</i>	<i>País / região</i>	<i>Tipo de estratégia</i>	<i>Países/ região</i>	<i>Sector</i>
Regional	África central	Sectorial	Estados ACP	Microfinanciamento
País	Comores			Estados ACP e Estados não-ACP
	Mali		Coordenação doador - país parceiro	
	Maurícia		Água e saneamento básico	
	Ruanda		Boa governação	
	Seicheles		Apoio orçamental geral	

Quadro 6: Principais recomendações resultantes das avaliações de 2006		
Estratégia regional –África central:		Reforçar laços com os grupos regionais vizinhos (por exemplo: CEDEAO)
		Melhorar a qualidade dos estudos de viabilidade
		Contratar mais pessoal para as delegações
Por país:		Recorrer a apoio orçamental para os sectores fulcrais identificados nos PIN
		Ter em conta os atrasos previsíveis na formulação de instruções e no lançamento dos trabalhos
		Investir mais no estabelecimento de uma estratégia assente em parcerias
Sectorial - apenas ACP:	Comércio:	Coordenar de forma mais estreita a ajuda com os Estados-membros da UE
		Reforçar o processo de quadro integrado
	Micro - financia- mento:	Promover nos países em que a administração local é pouco eficaz
		Assegurar coerência dos programas com as prioridades nacionais/locais
Sectorial - ACP e não- ACP	Apoio orçamental	Utilizar essencialmente para reforçar a gestão das finanças públicas e combater a corrupção
		Inscriver a ajuda inteiramente no orçamento o mais rapidamente possível
	Governação:	Inscriver a reforma administrativa e a gestão das finanças públicas nos PRSP/DSN/DSR
		Utilizar os projectos para reforçar a sociedade civil e o apoio orçamental para a gestão das finanças públicas

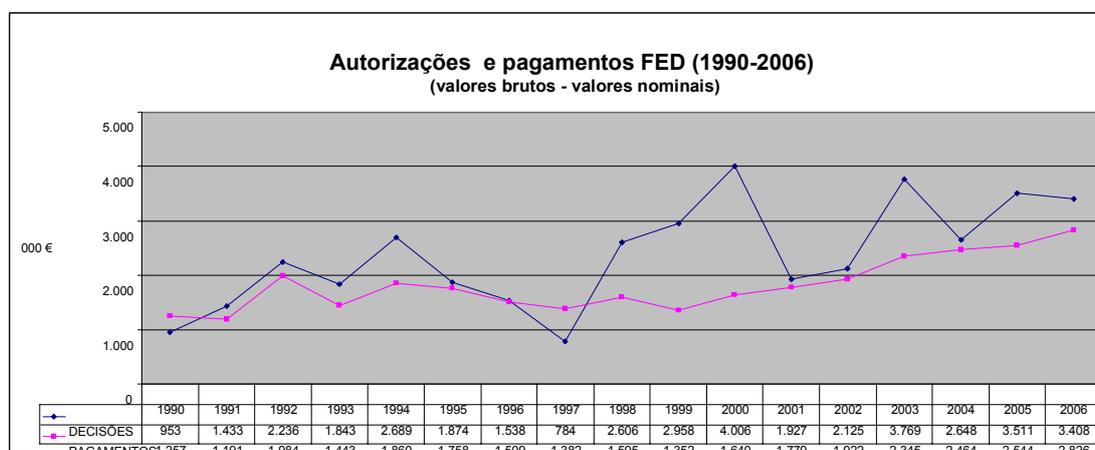
4.2. Execução mais rápida da ajuda

Em 2006, as autorizações globais para novos programas atingiram o objectivo fixado. As autorizações individuais, ou seja, os contratos relativos a programas aprovados, bem como os pagamentos, ultrapassaram os objectivos, estabelecendo novos recordes para o FED.

Quadro 7: Principais indicadores de desempenho do FED, em 2002-2006 (em milhões de euros)

	2002	2003	2004	2005	2006	
					Objectivo	Situação
Autorizações globais	2 125	3 769	2 648	3 511	3 400	3 408
Autorizações individuais	2 436	3 062	3 038	3 057	3 250	3 654
Pagamentos	1 922	2 345	2 464	2 544	2 750	2 826

A partir de 1990, as autorizações globais e os pagamentos aumentaram regularmente, o que reflecte uma execução mais rápida:



- *Manutenção de um RAL estável, sendo o ênfase colocado em contratos e em autorizações antigas e passivas*

4.2.1.1. Manutenção de um RAL global estável

As autorizações não liquidadas (RAL) devem ser desembolsadas no respeito das regras de boa gestão financeira. A Comissão controla atentamente o RAL global. Tal como explicado no relatório de 2005, o RAL aumentou duas vezes, em 2003 e em 2005, pois a Comissão tinha aprovado níveis elevados de novas autorizações em ambos os anos.

O objectivo da Comissão para 2006 era o de estabilizar o RAL global ao nível de 2005, ou seja, 10 300 milhões de euros. Apesar de se ter verificado um nível elevado de novas autorizações em 2005 e 2006, os valores relativos ao RAL permaneceram estáveis, graças ao nível recorde de pagamentos registados em 2006.

4.2.1.2. Prioridade à execução de autorizações "antigas" e de autorizações "passivas".

A execução atempada é essencial para a realização dos objectivos do programa. Para os países ACP tal pode revestir-se de grandes dificuldades, uma vez que muitas vezes as instituições governamentais não funcionam de forma satisfatória. No entanto, os esforços desenvolvidos recentemente pela Comissão para melhorar a concepção e a programação dos projectos, simplificar os procedimentos e reforçar as delegações estão agora a produzir bons resultados.

Por exemplo, o tempo necessário à execução dos projectos – medido em termos do rácio RAL/pagamentos anuais – diminuiu mais de 30 % entre 2000 e 2006:

Quadro 8: Número médio de anos necessários para a execução dos projectos (rácio RAL/pagamentos anuais)						
2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
5,5	4,8	4,4	4,1	4,0	4,1	3,6

A Comissão continuou igualmente a atribuir especial atenção aos RAL antigos e RAL passivos:

Quadro 9: Evolução dos RAL antigos e RAL passivos, 2005 - 2006					
<i>Indicador</i>		<i>Saldo (milhões de euros)</i>			<i>Observações</i>
<i>Nome:</i>	<i>Definição</i>	<i>1.1.06</i>	<i>31.12.06</i>		
			<i>Objectivo</i>	<i>Situação</i>	
RAL antigos	Verbas autorizadas há menos de 5 anos, ainda não gastas	1 618	867	822	Reduzido para quase metade em 2006
RAL passivos	Verbas autorizadas, mas não objecto de contratos nem gastas há mais de 2 anos	346	350	276	Incluindo o desembolso para o programa a favor dos PPAE

Além disso, a Comissão prosseguiu a sua estratégia que consiste em anular todas as autorizações não liquidadas para voltar a conceder autorizações até ao final de 2007. A Comissão deverá cumprir o seu objectivo em termos de anulações, fixado para finais de Março de 2007:

Quadro 10: Anulações de autorizações do FED, de 1.1.2006 a 1.3.2007				
Indicador	Definição	Montante (milhões de euros)		
		2005	2006	
			Objectivo (em 31.3.07)	Situação (em 1.3.07)
Anulações de autorizações	Verbas já autorizadas mas não gastas, agora desbloqueadas para novos programas	476	923	871

O Anexo 1 apresenta uma repartição pormenorizada da evolução das verbas não gastas desde 2002.

Além disso, a Comissão:

- recuperou um montante de 64 milhões de euros relativo a adiantamentos que não chegaram a ser utilizados,
- lançou um plano de acção para controlar as ordens de cobrança e o pré-financiamento.
- Figuram no Anexo 2 os valores totais relativos às:
- anulações de autorizações e ordens de cobrança, bem como às
- autorizações e pagamentos, brutos e líquidos.

4.2.1.3. Repartição uniforme das autorizações ao longo do ano (para evitar a concentração da despesas no final do ano)

Em 2005 e 2006, a Comissão adoptou medidas para repartir as novas autorizações ao longo do ano de forma mais uniforme do que no passado. Consequentemente, em 2006 a concentração das autorizações FED voltou a diminuir, tendo 58% das autorizações sido efectuadas antes do fim de Setembro – valor muito próximo do objectivo de 60%.

4.2.1.4. Stabex³

Uma parte do RAL inclui autorizações Stabex que não deram lugar a pagamentos. A Comissão fixou prazos estritos para a gestão das verbas Stabex:

Quadro 11: Stabex - Prazos da Comissão	
<i>Acção</i>	<i>Prazo (final do ano)</i>
Aprovação completa das verbas afectadas mas não gastas	2007
Concluir a celebração de contratos	2008
Concluir os pagamentos	2010

As verbas Stabex são executadas através de quadros de obrigações mútuas (FMO). Em 2006, a Comissão aprovou 17 FOM, num montante total de 500 milhões de euros e transferiu 190 milhões de euros para contas movimentadas por duas assinaturas (cf. abaixo).

Nas contas do FED de 2006, a Comissão incluiu um quadro Stabex pormenorizado que indicava os saldos de fim de exercício para cada país beneficiário⁴.

³ O Stabex era um instrumento financeiro, criado pela Convenção de Lomé (artigos 186.º-212.º), que se destinava a compensar a instabilidade das receitas de exportação dos Estados ACP. O Acordo de Cotonu substituiu o Stabex por um novo instrumento, designado Flex.

Contudo, no presente relatório, os valores relativos ao Stabex indicados no Anexo 7 baseiam-se:

1. nas verbas Stabex indicadas nas contas do FED e
2. nas demonstrações contabilísticas de fim de exercício de 2006 das contas movimentadas por duas assinaturas dos países beneficiários, para as quais a Comissão transferiu algumas verbas Stabex (as verbas depositadas nestas contas são propriedade do Estado ACP em causa).

Em 2007, a Comissão controlará as demonstrações contabilísticas destas contas, certificando deste modo as contas Stabex de fim de exercício de 2006.

4.3. Coordenação e harmonização das operações com outros doadores

– *Concentração sectorial do FED.*

A Comissão concentra as despesas do FED nos sectores com um grande impacto na pobreza e aos quais a Comissão pode conferir o maior valor acrescentado:

Sector	Autorizações		Pagamentos	
	Milhões de €	% do total	Milhões de €	% do total
Educação, saúde, água, saneamento básico	1161	34%	836	29%
Transportes, comunicações, energia	933	27%	663	23%
Agricultura, pesca, comércio, indústria, turismo	368	11%	194	7%
Ambiente, outras questões transversais	324	10%	91	3%
Apoio orçamental e apoio à balança de pagamentos ⁶	219	6%	635	22%
Redução da dívida	0	0%	80	3%
Outros, incluindo ajuda à reconstrução	248	7%	163	6%
Custos administrativos	154	5%	193	7%
Total	3 408	100%	2826	100%

– - Financiamento através de organizações internacionais

Em 2006, a Comissão continuou a trabalhar em estreita colaboração com as agências das Nações Unidas e o grupo do Banco Mundial. Os montantes objecto de contratos em 2005-2006 permaneceram relativamente estáveis numa base anual e representaram cerca de 11% dos contratos assinados neste período de dois anos.

Em 2006, a Comissão celebrou os seguintes contratos no valor de:

- 95 milhões de euros com o BM, dos quais 62 milhões se destinaram ao Fundo Mundial de luta contra o VIH/SIDA, a tuberculose e o paludismo;
- 225 milhões de euros com as agências das Nações Unidas.

⁴ cf. documento de referência SEC(2007)448.

⁵ Figuram no Anexo 2 os valores líquidos do FED.

⁶ Esta definição de sector do CAD da OCDE inclui alguns tipos de operações de segurança alimentar e operações Stabex.

O Anexo 3 indica as autorizações, contratos, pagamentos os fundos a pagar em fim de exercício.

A Comissão continuou a trabalhar igualmente com agentes não estatais e a sociedade civil, como previsto no artigo 4.º do Acordo de Cotonu.

4.4. Garantir um controlo eficaz e a responsabilização da gestão financeira

– *Controlar atentamente as transacções, por amostragem*

Em 2006, o EuropeAid respondeu às recomendações do Tribunal:

- revendo o seu método de controlo *ex-post*,
- reduzindo de 3% para 1% a parte de pagamentos objecto de controlos *ex-post*;
- alargando o âmbito dos controlos *ex-post* e documentando-os de modo mais exaustivo.

Quadro 13: Controlo <i>ex-post</i> de transacções em 2006 – situação em Janeiro de 2007		
	N.º de transacções	% das transacções totais
Transacções totais	21 654	100%
Transacções para as quais estão previstos controlos	215	1.0%
- controlos concluídos (transacções Janeiro -Junho 2006)	95	0.4%
- controlos a efectuar até ao final de Abril de 2007 (transacções Julho-Dezembro 2006)	120	0.6%

Além disso, a Comissão:

- efectuou controlos *ex-post* de transacções efectuadas pelo ordenador, apesar das reservas emitidas pelo auditor
- examinou as transacções e os controlos internos *in situ* em cinco Delegações de países ACP identificados através de uma análise de risco.

– Aplicação integral das principais recomendações das instituições superiores de auditoria.

Quadro 14: Seguimento dado às recomendações das ISA		
<i>Categoria</i>	<i>Recomendação</i>	<i>Progressos verificados no final de 2006</i>
<i>Vistos electrónicos como prova da delegação de funções do Ordenador</i>	<i>Determinar se o OLAS tem a possibilidade de registar vistos electrónicos</i>	<i>A migração de OLAS para o sistema CRIS/ABAC foi adiada para finais de 2007. Assim, não se registaram quaisquer progressos desde Março de 2006.</i>
<i>Prova do visto nos circuitos financeiros do FED</i>	<i>Adaptar os vistos electrónicos OLAS para os tornar conformes com os novos circuitos</i>	<i>Um novo livro de facturas OLAS, lançado em 1.1.2007, cobre os circuitos de vistos apostos pelos ordenadores e auditores.</i>

4.5. Aplicação de uma política activa de recursos humanos e melhoria dos procedimentos internos

– *Execução de uma política activa de recursos humanos*

A rotação de pessoal, as elevadas taxas de postos por preencher em algumas delegações e o reduzido número de efectivos em relação aos montantes geridos continuam a afectar a execução de algumas prioridades. Em 2006, a Comissão continuou a trabalhar numa situação sujeita a grandes condicionalismos, fazendo da boa gestão financeira e da qualidade as suas primeiras prioridades.

Quadro 15: Taxas de vagas do EuropeAid: Direcção ACP na sede e nas delegações ACP, 2005-2006			
Localização	Tipo de pessoal	Taxa de vagas no final do ano	
		2005	2006
Delegações ACP	Funcionários	5%	7%
	Outros agentes	9%	9%
Sede (Direcção ACP)	Funcionários	2%	0%
	Outros agentes	1%	1%

– *Harmonizar e simplificar as práticas e procedimentos de gestão*

A Comissão apresentou ao Conselho uma versão revista do Regulamento Financeiro aplicável ao 9.º FED. Esta versão prevê uma simplificação dos procedimentos aplicáveis ao trabalho com os membros da União Europeia e espelha uma revisão análoga do Regulamento Financeiro geral. Em Março de 2007, o Conselho adoptou o regulamento financeiro revisto do FED. A Comissão pretende introduzir outras medidas de simplificação nos procedimentos do 10.º FED.

– *Continuar a desenvolver os sistemas de informação e melhorar os sistemas contabilísticos*

O FED ainda não foi integrado no sistema CRIS, tendo, por outro lado, a introdução do sistema ABAC-FED sido adiada para 2008.

5. SEGUIMENTO DADO ÀS OBSERVAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS EUROPEU

5.1. Relatório anual do Tribunal de Contas (TC)

Quadro 16: Seguimento dado às recomendações do TC (Quadro 3, Relatório anual do TC sobre os FED, 2006)		
<i>Questão</i>	<i>Medida necessária</i>	<i>Medidas adoptadas até ao final de 2006</i>
1. Adiantamentos cobranças, dívidas de cobrança duvidosa	Melhorar o controlo dos adiantamentos não apurados.	Em 2006, a Comissão lançou um plano de acção para controlar, a nível central, ordens de cobrança e o pré-financiamento.
2. Fundos Stabex	Obter valores mais fidedignos relativos a depósitos bancários.	A Comissão está a preparar um inventário actualizado de todos os fundos situados na Europa e nos Estados ACP.
	Obter relatórios sobre a utilização das verbas .	A Comissão recebeu 38 dos 39 relatórios devidos para 2006.
3. Gestão do risco	Identificar os riscos específicos dos Estados ACP	A direcção ACP do EuropeAid compilou registos dos riscos específicos dos Estados ACP para 2006 e 2007.
	Melhorar a análise de risco pelos serviços auditoria interna.	Em 2006, a AIDCO preparou um plano de auditoria contínuo 2007- 2009 com base nos riscos, que enviou aos serviços de auditoria interna e ao Tribunal.
	Melhorar a análise de riscos para as auditorias externas (sede, delegações)	O plano de auditoria anual de 2007 da direcção ACP do EuropeAid abrange a totalidade das auditorias externas realizadas nas delegações e na sede. A unidade "Finanças e contratos "(C5) emitiu directrizes sobre a análise de risco e instruções redigidas pela unidade de metodologia para auditorias do EuropeAid (G2).
	Melhorar a análise de risco para controlos <i>ex-post</i>	A unidade de metodologia para auditorias do EuropeAid (G2) realizou uma análise de risco, para toda a DG, relativa à dimensão das amostras e tipos de transacções a verificar.
4. Controlo <i>ex-post</i>	Melhorar a documentação	Para o exercício de 2006, o EuropeAid preparou a documentação completa e assegurou um acompanhamento sistemático.
5. Auditoria	Melhorar o sistema CRIS-Audit	Na sua resposta aos relatórios de 2006 de gestão da ajuda externa, as autoridades da sede recordaram às delegações a nota do Director-Geral que sublinha a importância do sistema CRIS-Audit.
	Utilizar o sistema CRIS-audit para assegurar um melhor controlo das auditorias externas	

5.2. Relatórios especiais do Tribunal de Contas

Quadro 17: Apoio orçamental do FED - aspectos relativos às finanças públicas (n.º 2/2005, quitação do FED de 2004, parágrafo 55)				
<i>N.º</i>	<i>Domínio</i>	<i>Recomendação</i>	<i>Medida tomada em 2006</i>	
55	Guia metodológico	Actualizar e completar, incluindo os relatórios de acompanhamento	A Comissão actualizou o seu Guia Metodológico: <ul style="list-style-type: none"> - maior clareza das definições - riscos e vantagens potenciais - maior clareza dos critérios de elegibilidade - etapas práticas da preparação e execução dos programas - linhas directrizes para a utilização do instrumento de avaliação PEFA. <p>As delegações devem prestar contas, todos os anos, sobre a situação relativa à gestão das finanças públicas. A Comissão reviu igualmente:</p> <ul style="list-style-type: none"> - o formato das fichas de identificação - as listas de controlo utilizadas para avaliar as fichas e as propostas de financiamento. 	
	Elegibilidade	Demonstrar de forma mais clara a elegibilidade de um país	Os elementos que atestam o cumprimento dos critérios de elegibilidade são: <ul style="list-style-type: none"> - avaliados nas fases de identificação e formulação; - exigidos antes do desembolso das verbas. 	
	Indicadores	Utilizar indicadores de desempenho relativos às finanças públicas mais incitativos	Utilizar um novo instrumento de gestão do desempenho em matéria de gestão das finanças públicas	- Em 2005, a Comissão e outros doadores completaram o quadro PEFA (iniciativa relativa às despesas públicas e responsabilidade financeira). - A Comissão está a utilizar a PEFA para substituir os instrumentos actuais, realizando assim quase metade das avaliações PEFA de 2006. - A CE continua igualmente a recorrer à iniciativa conjunta de gestão das finanças públicas da OCDE/CAD.
		Coordenação		
	Instituições dos Estados ACP	Reforçar relações com os parlamentos e as instituições superiores de auditoria	Actualmente, a Comissão está a: <ul style="list-style-type: none"> - elaborar uma nota com vista a promover o apoio técnico às instituições superiores de auditoria; - debater a cooperação com organizações internacionais como a INTOSAI. 	

Anexo 1: Evolução das autorizações FED não liquidadas ("RAL"), 2001-2006 (em milhões de euros)

Tipo de autorização não liquidada (ou 'RAL')		Medida		Exercício										
				2002		2003		2004		2005		2006		
				1	31	1	31	1	31	1	31	1	31	
				Jan	Dez	Jan	Dez	Jan	Dez	Jan	Dez	Jan	Dez	
Situação	Designação											Objectivo	Situação	
Data de há 5 anos ou mais	'RAL antiga'	Autorizada antes de	'95	520	429	429	323	323	253	253	141	141	45	37
		Autorizada em	'95	245	183	183	118	118	72	72	49	49	25	22
			'96	319	210	210	145	145	91	91	54	54	25	21
			'97	-		194	156	156	128	128	112	112	90	86
			'98	-				427	286	286	181	181	75	78
			'99							692	488	488	295	287
			2000	-								593	220	290
		Total	Milhões de euros	1 084	822	1 016	743	1 170	829	1 521	1 025	1 618	867	822
Evolução do total ao longo do ano	Milhões de euros		-262		-273		-341		-496				-796	
	%		-24%		-27%		-29%		-33%				-49%	
Inactivo durante um período igual ou superior a 2 anos	'RAL passiva'	Total	Milhões de euros	389	449	449	261	255	513	459	487	346	350	276
Data de há 5 anos ou mais e/ou inactivo durante um período igual ou superior a 2 anos	'RAL antiga e/ou passiva'	Total	Milhões de euros	1 473	1 271	1 465	1 004	1 425	1 342	1 980	1 512	1 964	1 125	1 097
		Evolução do total ao longo do ano	Milhões de euros		-202		-461		-83		-468			-867
			%		-14%		-31%		-6%		-24%			-44%
Total, todos os tipos	'RAL total'	Todos os anos	Milhões de euros		8 728		9 842		9 779		10 324		10 281	

Anexo 2: Autorizações globais do FED para apoio orçamental geral, 2002-2006 (em milhões de euros)

<i>País</i>	<i>2002</i>	<i>2003</i>	<i>2004</i>	<i>2005</i>	<i>2006</i>
Benim		55,0			18,4
Burquina Faso	125,0			151,5	
Burundi	22,6		43,6	7,82	
Camarões					
Cabo Verde			5,8	12,5	
República Centro-Africana	4,4				4,0
Chade		50,0			
Costa do Marfim	40,0				
República Democrática do Congo	5,5	106,0			
República do Congo				30,45	
Jibuti					
República Dominicana					38,0
Etiópia	44,1		95,0		
Gabão					
Gâmbia					
Gana		5,0	62,0		
Guiné					
Guiné-Bissau				6,0	
Guiana			23,3		
Haiti					10,2
Jamaica	30,0		25,0		
Quênia			125,0		
Lesoto					
Madagáscar	70,0		35,0	55,0	
Malavi				41,5	34,0
Mali		132,9			21,1
Mauritânia					
Moçambique	168,0	16,4		95	
Níger	20,0	90,0		70,0	
Papua-Nova Guiné					
Ruanda		55,1		36,0	
São Tomé e Príncipe					
Senegal			53,0		
Serra Leoa				50,0	
Tanzânia		114,0		57,0	
Ilhas Turcas e Caicos					10,6
Uganda				92,0	
Vanuatu			1,7		
Zâmbia		117,0			62,0
Totais anuais	529,6	741,4	469,4	704,8	198,3
Percentagem das autorizações globais anuais do FED	25%	20%	18%	20%	6%

Anexo 3: Novas autorizações globais do FED para AOG e APS, 2006 (em milhões de euros)

Tipo de programa	Tipo de financiamento	País beneficiário	Sector	Montante			
				Objectivo	Resultados		
Apoio orçamental geral (AOG)		Benim	Apoio Orçamental		18		
		República Centro-Africana			4		
		República Dominicana			38		
		Haiti			10		
		Malavi			34		
		Mali			20		
		Mali			1.1		
		Ilhas Turcas e Caicos			11		
		Zâmbia			62		
		Subtotal, apoio orçamental macroeconómico				262	198
Apoio a políticas sectoriais (APS)	Apoio orçamental sectorial (AOS)	Anguila			8		
		Angola	Água		7		
		Burquina Faso			2		
		República Dominicana	Educação		48		
		Etiópia	Infra-estruturas		155		
		Maldivas	Comércio		3		
		Granada	Comércio		7		
		Guiné-Bissau			6		
		Maurícia	Água		10		
		Monserrate			11		
		Moçambique			35		
		São Pedro e Miquelon			13		
		Santa Helena			16		
		Tanzânia	Educação		44		
		Trindade e Tobago	Educação		27		
		Zâmbia	Infra-estruturas		20		
		Zâmbia	Saúde		10		
		Subtotal, AOS				616	421
			Financiamentos de projectos normalizados	Benim	Infra-estruturas		40
	Jibuti					11	
Etiópia	Infra-estruturas				60		
Gabão	Infra-estruturas				14		
Gana					10		
Gana	Infra-estruturas				5		
Lesoto	Saúde				12		
Libéria	Educação				12		
Malavi	Infra-estruturas				8		

		Madagáscar	Infra-estruturas		13
		Madagáscar	Infra-estruturas		23
		Níger	Justiça		6
		Níger			6
		Níger			12
		Ruanda	Infra-estruturas		35
		Subtotal, projectos normalizados		335	266
	Subtotal, APS			951	687
Total				1213	885

Anexo 4: Autorizações e pagamentos, líquidos, 2006 (em milhões de euros)

<i>Autorizações globais</i>	<i>Novas autorizações globais (brutas)</i>	3 408
	<i>Anulações de autorizações</i>	-689
	<i>Autorizações globais líquidas</i>	2 719
<i>Autorizações individuais</i>	<i>Novos contratos (brutos)</i>	3 654
	<i>Anulação/cancelamento de contratos</i>	-581
	<i>Autorizações individuais líquidas</i>	3 073
<i>Pagamentos</i>	<i>Novos pagamentos (brutos)</i>	2 826
	<i>Recuperações e correcções recebidas⁷</i>	-64
	<i>Pagamentos líquidos</i>	2 762

⁷ O relatório relativo à execução financeira do FED indica as recuperações e correcções recebidas.

Anexo 5: Contribuições do FED para as Nações Unidas e o Grupo do Banco Mundial, 2005-2006 (em milhões de euros)

<i>Beneficiário.</i>		2005	2006			
		<i>Novas autorizações</i>	<i>Novas autorizações</i>	<i>Objecto de contratos</i>	<i>Pagos</i>	<i>Por pagar</i>
Agências da ONU	FAO	6,4	13,1	2,1	0,8	1,3
	OIT	5,5				
	CNUCED		2,9	2,9	1,2	1,7
	PNUD	87,8	110,6	108,8	80,5	28,3
	Gabinetes de representação do PNUD			2,4	1,4	1,0
	UNESCO	0,3	0,1			
	FNUP		19,6	19,6	10,1	9,5
	UNICEF	42,4	39,2	40,3	14,8	25,4
	ONUDI	1,2				
	ONU Genebra			0,2	0,1	0,0
	ONU Viena	24,7				
	UNOPS	2,7	0,1			
	PAM	34,7	13,8	22,0	19,7	2,3
	OMS	6,5	24,8	24,8	3,4	21,5
	Subtotal	212,2	224,2	223,0	132,0	91,0
Grupo do Banco Mundial		149,0	94,5	94,0	75,9	18,1
Total		361,2	318,7	317,0	207,9	109,1

Anexo 6: Autorizações globais do FED por instrumento de programação e de financiamento, final de 2006 (em milhões de euros)

FED							Ajuda não-programável					Total
		Apoio não orçamental (projectos)	Apoio orçamental			Subtotal da ajuda programável	Contribuições financeiras		Auxílios às exportações		Sub total da ajuda programável	
			General	Sectorial	Subtotal do apoio orçamental				Stabex, Flex	Sysmin		
6	milhões de euros	5158,06	60,73	-	60,73	5218,79	540,71	-	1451,12	128,10	2119,93	7338,72
	% do total	70%	1%		1%	71%	7%		20%	2%	29%	100%
7	milhões de euros	6003,90	1626,21	-	1626,21	7630,11	839,01	40,00	1702,69	443,11	3024,81	10 654,92
	% do total	56%	15%		15%	72%	8%	0%	16%	4%	28%	100%
8	milhões de euros	5992,27	1778,55	253,61	2032,16	8024,43	1134,27	1060,00	717,35	114,24	3025,86	11 050,29
	% do total	54%	16%	2%	18%	73%	10%	10%	6%	1%	27%	100%
9	milhões de euros	8721,10	1974,56	956,68	2931,24	11 652,34	-	630,00	119,64	-	749,64	12 401,98
	% do total	70%	16%	8%	24%	94%		5%	1%		6%	100%
Todos os FED (6.º, 7.º, 8.º e 9.º FED)	milhões de euros	25 875,33	5440,05	1210,29	6,650.34	32 525,67	2513,99	1730,00	3990,81	685,45	8920,24	41 445,91
	% do total	62%	13%	3%	16%	78%	6%	4%	10%	2%	22%	100%

Anexo 7: Stabex – situação por país, final de 2006 (em euros)

País beneficiário	Autorizações globais	Autorizações individuais	Resta a ...		
			contratar (RAC) ⁸	pagar (RAP)	...liquidar (RAL)
			(3)=(1) - (2)	(4) = (5) - (3)	(5)
Benim	2 281 022	2 274 819	6 203	210 867	217 070
Burquina Faso	9 126 422	9 101 820	24 602	757 332	781 934
Burundi	75 401 955	36 929 953	38 472 002	-8 009 429	30 462 573
Camarões	308 716 655	308 574 512	142 143	19 396 040	19 538 183
Cabo Verde	2 365 206	1 937 563	427 643	809 913	1 237 556
República Centro-Africana.	18 774 155	16 137 220	2 636 935	1 136 767	3 773 702
Chade	14 032 940	12 948 972	1 083 968	514 161	1 598 129
Comores	8 057 525	7 957 741	99 784	1 753 994	1 853 778
Costa do Marfim	366 657 647	364 907 313	1 750 334	46 146 487	47 896 821
Domínica	41 818 410	42 084 082	-265 672	268 921	3 249
Guiné Equatorial	2 471 789	1 435 472	1 036 317	157 233	1 193 550
Etiópia	239 688 822	238 825 667	863 155	67 087	930 242
Gâmbia	5 306 334	3 720 104	1 586 230	200 396	1 786 626
Gana	59 796 247	59 796 247	0	4 615 374	4 615 374
Granada	8 756 549	7 436 088	1 320 461	1 905 307	3 225 768
Guiné-Bissau	1 775 942	762 844	1 013 098	-18 326	994 772
Haiti	38 430 119	38 430 119	0	0	0
Jamaica	10 150 868	9 489 254	661 614	135 551	797 165
Quênia	195 083 412	198 235 985	-3 152 573	63 860 715	60 708 142
Quiribáti	908 379	908 379	0	271 853	271 853
Lesoto ⁹	6 333 600	6 333 600	0	312 928	312 928
Madagáscar	91 191 845	90 744 189	447 656	18 353 465	18 801 121
Malavi	23 173 151	22 552 308	620 843	3 835 856	4 456 699
Mauritânia	38 936 337	11 513 882	27 422 455	0	27 422 455
Moçambique	4 488 494	0	4 488 494	0	4 488 494
Papua-Nova Guiné	85 402 166	95 158 547	-9 756 381	10 721 389	965 008
Ruanda	66 621 918	22 996 883	43 625 035	-28 637 197	14 987 838
Samoa	13 654 244	6 555 971	7 098 273	-7 078 081	20 192
Senegal	77 737 318	51 245 000	26 492 318	26 791 515	53 283 833
Serra Leoa	15 267 927	15 267 927	0	4 378 326	4 378 326
Ilhas Salomão	91 990 577	126 856 928	-34,866,351	53 733 059	18 866 708
Santa Lúcia	79 815 963	60 788 987	19,026,976	1 424 808	20 451 784
São Vicente	76 199 758	72 123 084	4,076,674	10 026 867	14 103 541
Sudão	201 054 264	201 054 264	0	176 801 045	176 801 045

⁸ O montante relativo à Domínica é negativo dado que os novos FMO alteraram os anteriores, dando lugar a atribuições excessivas de verbas. Relativamente a outros países, os montantes negativos resultam de anulações de autorizações.

⁹ Está actualmente em curso uma auditoria de fundos de final de 2006, pelo que os valores aqui indicados referem-se ao final de 2005.

Tanzânia	104 137 377	102 929 859	1,207,518	16 269 276	17 476 794
Togo	34 027 821	44 165 571	-10,137,750	26 810 251	16 672 501
Uganda	218 440 992	218 440 991	1	41 530 336	41 530 337
Vanuatu	5 032 066	3 959 176	1,072,890	-995 990	76 900
Zimbabué	60 372 275	31 720 308	28,651,967	-7 768 681	20 883 286
Total	2 703 478 491	2 546 301 629	157 176 862	480 689 415	637 866 277